

Uma política extensionista como afirmação dos direitos humanos: o projeto "Uma conversa fora do armário" e o diálogo no IFSul – Campus Camaquã

Kim Amaral Bueno, Doutor em Letras/Literatura Comparada (UFRGS), IFSul¹

***Resumo:** O projeto de extensão "Uma conversa fora do armário" teve por objetivo promover a igualdade de gênero, possibilitando a tomada discursiva por parte de agentes historicamente oprimidos, tais como homossexuais, mulheres e transexuais. O diálogo, a leitura e a troca de experiências foi a metodologia adotada para a construção desse espaço cidadão e solidário na instituição de ensino.*

***Palavras-chave:** Direitos humanos; Educação; Política extensionista; Identidade de gênero; Transdisciplinaridade.*

1. A questão LGBTQ+ no cenário contemporâneo

No ano de 2009, uma pesquisa qualitativa realizada pela ONG Reprolatina circulou em diversas capitais do país, revelando que a homofobia dentro das escolas pode causar casos extremos de depressão, ansiedade, isolamento e, até mesmo, suicídio. Em 2011, dados fornecidos pela UNESCO apontavam que o *bullying* homofóbico contribuía para a evasão escolar. A pesquisa “Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: Por que frequentam?”, realizada em 2013, mostra que 19,3% dos alunos de escola pública não gostariam de ter um colega de classe LGBTQ+. Em 2015 foi realizada no Brasil a Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBT e o Ambiente Escolar pela ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais): os resultados mostraram um cenário violento, onde 73% dos estudantes, com idades entre 13 e 21 anos, relataram já terem sofrido agressão verbal em decorrência de sua orientação sexual; o mesmo estudo mostra que 60% dos jovens se sentem inseguros na escola e que 37% deles sofreram violência física. Observando os dados, pode-se compreender que nos últimos tempos a escola vem sendo um palco para a homofobia e outros atos discriminatórios.

A hostilidade dentro das escolas pode ser explicada pelas políticas não inclusivas, nas quais estudantes recebem pouquíssimo suporte quando relacionado a sua orientação sexual e identidade de gênero, sendo que o assunto se torna destinado apenas para o círculo familiar – muitas vezes intolerante e violento. Compreende-se que os valores morais individuais das famílias devem ser preservados e limites traçados, mas também que a escola deve preservar o bem-estar do aluno, tentando criar uma esfera livre de preconceitos.

Atualmente, as conversas sobre sexualidade dentro das escolas baseiam-se no estudo, comumente na sétima série, sobre o sistema reprodutor, onde algumas questões sobre métodos contraceptivos e DSTs são explanadas, sendo que o grande leque da diversidade sexual e de gênero é completamente esquecido, fazendo com que não seja possível criar um espaço saudável de comunicação. Sendo o debate sobre gênero e sexualidade um conteúdo sem obrigatoriedade nas escolas, o diálogo organizado entre alunos auxilia a disseminar uma maior segurança e conforto para a comunidade LGBTQ+ dentro da escola, fornecendo-lhes um ambiente ativo onde o dialogar é possível. Palestras, conversações e dinâmicas asseguram, também, uma maior inclusão do público heterossexual, promovendo maior difusão das problemáticas da comunidade.

A discussão aberta sobre sexualidade e gênero promove um ambiente estável, onde a problematização gera bens futuros, tais como o respeito ao próximo e maior aceitação por parte da comunidade escolar – o maior lucro é vislumbrar um lugar onde o estudante possa ter suas diferenças livremente expostas, sem desigualdade e marginalização. Um lugar sem medo e receptivo, onde seja possível acolher o aluno de forma que sua orientação sexual, ou diferença de gênero, não interfira no seu crescimento pessoal e acadêmico. A escola é uma das bases fundamentais para a formação mental da pessoa adulta e a presença de medidas estudantis sobre o meio LGBTQ+ pode ser igualmente engrandecedor.

As atividades em grupo reforçam os valores de igualdade e justiça, levando conhecimento a todos que participam – de forma que um estudante fora da comunidade LGBTQ+ possa também se comover e reconhecer suas diferenças de forma simples e apaziguada, levando consigo preceitos básicos para a dignidade humana, tais como a luta contra homofobia. Alcançar um público além dos oprimidos no ambiente escolar não

significa, de forma alguma, que haja um consenso sobre o que é certo ou errado dentro da sexualidade humana, mas sim o respeito e preservação de individualidade de cada ser. De tal forma, as ações realizadas não trazem apenas conhecimento social, mas também cultural. O tema pode ser debatido de diversas formas, desde palestras formais até mesmo a reprodução de filmes, observação e leitura de obras sobre o gênero – gerando a utilização da arte como meio de mediação, o que pode criar incontáveis bens para tanto os alunos LGBTQ+ quanto os demais.

Os dados oficiais revelam que, no Brasil, a violência contra a população LGBT ainda é bastante acentuada. Em 2016, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do Governo Federal aponta que, por meio de dados provenientes do Disque Direitos Humanos (Disque 100) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, da Ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), 52% das pessoas que sofreram violência e discriminação por orientação sexual no Brasil tem entre 18 e 30 anos, demonstrando o quanto os jovens necessitam de atenção e auxílio no enfrentamento de tais violências. Dos tipos de violência denunciados, a violência psicológica foi reportada por 40,1% do total, seguida de discriminação, com 36,4%, e de violências físicas, com 14,4%.

As violações dos direitos humanos relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, que vitimizam fundamentalmente a população LGBT, constituem um padrão que envolve diferentes espécies de abusos e discriminações e costumam ser agravadas por outras formas de violências, ódio e exclusão, baseadas em aspectos como idade, religião, raça ou cor, deficiência e situação socioeconômica. Apesar de ser um evento que encerra numa escalada de violações, o homicídio é apenas uma das entre várias outras violências consideradas “menores”, como discriminações e agressões verbais e físicas dos mais variados tipos.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos lançou, em 2012, um documento chamado “Nascidos Livres e Iguais: Orientação Sexual e Identidade de Gênero no Regime Internacional dos Direitos Humanos”, no qual afirma que acabar com a violência e a discriminação contra indivíduos em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero é um grande desafio dos direitos humanos. Para o enfrentamento deste desafio, a ONU aponta algumas obrigações legais dos Estados para com as pessoas LGBT, que podem ser resumidas em cinco itens: Proteger as pessoas da violência

homofóbica e transfóbica; prevenir a tortura e o tratamento cruel, desumano e degradante às pessoas LGBT; revogar leis que criminalizam a homossexualidade; proibir a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero; e, proteger as liberdades de expressão de associação e de reunião pacífica para as pessoas LGBT.

Diante dos dados de violência sofrida pela comunidade LGBT, e a partir da indicação do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos de que é compromisso dos Estados acabar com a violência e a discriminação contra esta comunidade, questionamo-nos qual o papel da escola em relação a este compromisso. Ora, sabemos que um dos objetivos centrais da educação contemporânea é a formação para a cidadania, de modo que a educação sistemática e formal deve acolher como uma de suas maiores preocupações a promoção do respeito para com o próximo e a dignidade humana. Logo, o combate à homofobia se torna uma questão inadiável. Judith Butler (2003) entende por homofobia o medo, a aversão, o descrédito e o ódio a gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais por não “performarem” seus gêneros em correspondência ao papel que é culturalmente atribuído a seus corpos “biológicos”. Ou seja, a homofobia tenta uniformizar as identidades de gênero por meio de uma “heterossexualidade compulsória”, menosprezando aqueles que não se enquadram em tal parâmetro.

Assim, por meio de políticas específicas e de movimentos educacionais progressistas, acolhendo os saberes transdisciplinares no seio da escola, este projeto deseja enfrentar, por meio do diálogo, da troca de experiências e do exercício efetivo da cidadania por parte das educandas e dos educandos as questões de violência de gênero flagrantes em nossa sociedade, efetivando a igualdade nas relações sociais vigentes. Lembramos que o projeto vai dar continuidade às parcerias estabelecidas no ano de 2017 para o desenvolvimento dos trabalhos. A formatação das atividades segue o mesmo modelo, operando apenas alguns ajustes mediante análise das avaliações dos participantes.

2. O projeto de extensão “Uma conversa fora do armário” como instrumento de combate à homofobia na escola

É urgente a necessidade de lutar por políticas educacionais que proporcionem novas práticas pedagógicas, práticas estas que seja sobretudo emancipatórias e empoderadoras, sedimentadas no respeito à pessoa humana, em todas as suas dimensões, inclusive a sexual, de modo a não se restringir em garantir, apenas, os direitos à saúde e à reprodução –

embora fundamentais –, mas avançar nas questões relativas à diversidade sexual e de gênero, dentro do campo dos direitos humanos. Tal atitude favorecerá o reconhecimento da legitimidade de suas múltiplas e dinâmicas formas de expressão e práticas, do direito à igualdade de oportunidades a todos os indivíduos e grupos discriminados em virtude da orientação sexual, identidade ou expressão de gênero.

Quando se fala de homofobia, a escola brasileira configura-se num espaço, muitas vezes, de opressão e preconceitos, representando um preocupante quadro de violência, ao qual estão submetidos jovens e adultos estudantes ou profissionais da educação pertencentes ao grupo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros. Violência, que não fica, apenas, no físico, mas no preconceito, na discriminação e no assédio moral, sobretudo, afetando, desta forma, não apenas a auto-estima e a própria identidade, mas também as trajetórias educacionais e profissionais, privando estas pessoas do direito à cidadania, à livre expressão e à inserção social.

Neste sentido, o projeto de extensão “Uma conversa fora do armário” tem como objetivo geral promover a igualdade de gênero nas relações sociais, dando voz a agentes historicamente oprimidos, sejam homossexuais, mulheres, transexuais e demais identidades não hegemônicas. Alguns de nossos objetivos específicos são: realizar reuniões mensais entre o público alvo e quinzenais entre a comissão executiva do projeto; dialogar permanentemente com as intuições parceiras, elaborar registros sistemáticos apontando os procedimentos e descrevendo o desenvolvimento dos encontros do projeto; avaliar as ações realizadas, bem como o desempenho dos membros da comissão executiva; participar de eventos institucionais do IFSul e de outras instituições nos quais seja possível apresentar o projeto e disseminar as ações afirmativas que realizamos no âmbito do Campus Camaquã de nosso Instituto; integrar o IFSul aos demais agentes educacionais da sociedade camaquense; e, afirmar a escola como o espaço apropriado para o debate de ideias e para a promoção de uma cultura civilizatória que se coadune com princípios éticos e humanísticos de igualdade, respeito e solidariedade.

Para tanto, a metodologia empregada pelo projeto é a de rodas de conversa, interação dialética que permite a troca de experiências entre jovens, a partir de suas vivências, suas dúvidas e seus dilemas existenciais e enfrentamentos da vida cotidiana. Nestes diálogos abertos, os participantes têm a oportunidade de partilhar questões que, sem este momento privilegiado de troca de ideias, ficariam silenciados e sem resposta. O foco principal do projeto, assim, é dar voz aos jovens e permitir que eles se escutem, de modo a

aprender com seus questionamentos e perceber que, muitas vezes, problemas que parecem intransponíveis – como a intolerância social e familiar quanto à orientação sexual ou à identidade de gênero – são partilhadas por outras pessoas, o que permite a descoberta de soluções em conjunto, bem como a construção de estratégias coletivas e solidárias para a auto aceitação, a manutenção de uma boa saúde mental, o estabelecimento de vínculos de amizade e de solidariedade ao outro. Os encontros promovidos pelo projeto também contam com leituras previamente selecionadas de textos jornalísticos, teóricos e/ou literários, cujo objetivo é motivar o debate, trazendo informações e subsídios para as discussões, e enriquecendo o universo cultural dos participantes; materiais audiovisuais também são utilizados com o mesmo objetivo.

Referências

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. **Nascidos Livres e Iguais: Orientação Sexual e Identidade de Gênero no Regime Internacional dos Direitos Humanos**; trad. Maricy Apparicio. Brasília: UNAIDS Brasil/Casa da ONU, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMA, Verônica. **Estudantes LGBT se sentem inseguros nas escolas, aponta pesquisa**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/546799-ESTUDANTES-LGBT-SE-SENTEM-INSEGUROS-NAS-ESCOLAS,-APONTA-PESQUISA.html> Acesso em 28 de maio de 2018.

LIMA, Paulo César Ferreira de. **A importância do movimento LGBT**. Portal Educação. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/a-importancia-do-movimento-lgbt/48888> Acesso em 28 de maio.

LOURO, Guacira. Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SALDANA, Paulo. **73% dos jovens LGBT dizem ter sido agredidos na escola, mostra pesquisa**. Folha de São Paulo. Disponível em:

<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/a-importancia-do-movimento-lgbt/48888> Acesso em 28 de maio.

Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil**: ano 2013. Brasília, 2016.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002**. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr, 2004.

VIEIRA, Vanessa Alves; MACHADO, Bernardo Fonseca; BUENO, Michele Escoura; LEWIN, Ana Paula Meirelles. **Gênero e diversidade sexual nas escolas: uma questão de direitos humanos**. Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/genero-e-diversidade-sexual-nas-escolas-uma-questao-de-direitos-humanos-6727.html> Acesso em 28 de maio de 2018, 15h20min